

Setor público falido é o maior problema

JAN 1989

Elen Brand

ESTADO DE SÃO PAULO

A crise revelada pelas estatísticas oficiais, que identifica uma amarga estagflação em 1988, não é uma crise de toda a economia. O problema se localiza, fundamentalmente, no setor público. Por qualquer ângulo que se observe, fica evidente a quase falência do governo federal, bem como dos estados e municípios, ao lado de uma surpreendente vitalidade do setor privado.

Carregando um déficit próximo de Czs 4 trilhões (ou 4% do PIB), uma dívida interna nas vizinhanças dos Czs 50 trilhões (quase 30% superior à de 1987, sem contar a inflação), débitos externos superiores a US\$ 100 bilhões e capacidade de investimentos literalmente igual a zero, o governo pode ser comparado a uma empresa que dispõe de imenso patrimônio, mas não sabe de onde tirar dinheiro para pagar as contas do mês seguinte. Na verdade, essa não é uma simples imagem: já neste mês, o Tesouro não deverá somar receitas suficientes para cobrir um terço de todas as despesas previstas.

Mais do que os números, contudo, os fatos comprovam a situação dramática do setor público. Inúmeras greves pipocaram ao longo de 1988 — mas quase todas envolveram servidores da União, de estados ou municípios. Governadores e prefeitos engalfinharam-se com o Palácio do Planalto na luta pela rolagem de dívidas. Executivo e Legislativo travaram intensos combates em torno da aprovação do Orçamento. E os novos prefeitos assumem seus cargos sem condições de fechar as contas do mês.

QUADRO NEGRO

Além disso, os produtos e serviços oferecidos por empresas e órgãos governamentais não acompanham as necessidades do País e perdem qualidade a cada dia. O racionamento de energia elétrica, por exemplo,

é uma forte ameaça já para o início da próxima década, pois as empresas do setor estão longe de cumprir o programa de investimentos de US\$ 6 bilhões ao ano. Na área das comunicações, volta-se aos velhos tempos de congestionamento de linhas telefônicas: nas grandes capitais, a cada 100 ligações, 20 já não são completadas. E a expansão e a modernização da rede de transportes — da malha de rodovias, por exemplo, nem 10% são asfaltadas — só têm chances de ir em frente se emplacarem os ainda timidos planos de privatização.

"O quadro é ainda mais negro do que os números oficiais apontam", afirma o economista Joaquim Eloí Cirne de Toledo, da Universidade de São Paulo. Segundo suas contas, de 1983 para cá, o déficit público nunca esteve abaixo de 5,5% do PIB, ao contrário do que mostram as estatísticas do governo (ver gráfico).

Infelizmente, disposição e vontade política não são os únicos ingredientes necessários pra reequilibrar as finanças públicas — ainda que sem eles nada vá mudar. Em meio a um inacreditável emaranhado de órgãos oficiais — são mais de 20 mil na administração federal direita, sem contar 400 estatais —, é óbvio que existe muita coisa descartável. Mas sua eliminação é muito pouco para o tamanho do buraco. Só o custo de rolagem da própria dívida interna — ou seja, os juros e correção monetária que o governo paga a quem compra títulos públicos —, por exemplo, já esgota boa parte dos recursos oficiais. Enquanto esse não desata, o governo acaba apelando para o bolso do contribuinte. "O empresário-contribuinte paga com sua eficiência produtiva a ineficiência do estado-empresário", acusa o presidente da Fiesp, Mário Amato.

Buraco sem fundo

Evolução do déficit público em relação ao PIB



* Estimativa

** Projeção

Fonte: Banco Central